

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Goiânia – GO, 15 de maio de 2025.

Aos acionistas da
ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2024 comparativas a 31 de dezembro de 2023.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 28 de março de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

Diretor Presidente

Alfiery Fellipe Benedetti

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Balço Patrimonial dos Períodos Findos em:

(Em Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.111.235	459.236
Direitos creditórios	6	14.887.588	15.302.715
Impostos a Compensar		9.023	
Outros créditos	7	806.721	1.125.474
Bens destinados a venda	8	4.310.773	2.920.110
Total do Ativo Circulante		21.125.340	19.807.535
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	9	1.660.878	1.545.383
Total do Ativo Não Circulante		1.660.878	1.545.383
TOTAL DO ATIVO		22.786.218	21.352.918
<u>PASSIVO</u>			
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.600	1.600
Dividendos a pagar	10	622.635	622.635
Obrigações tributárias		32.042	13.471
Adiantamentos	11	1.143.646	1.535.519
Outras Obrigações	12	142.105	133.910
Total do Passivo Circulante		1.942.028	2.307.135
Passivo Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	13	20.681.340	18.683.358
Total do Passivo não Circulante		20.681.340	18.683.358
Patrimônio Líquido	14		
Capital Social		10.000	10.000
Reserva Legal		2.000	2.000
Reserva de Lucros		150.850	350.425
Total do Patrimônio Líquido		162.850	362.425
TOTAL DO PASSIVO		22.786.218	21.352.918

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em:

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Operacionais		5.785.973	5.512.905
Receita de Securitização		5.501.318	5.211.249
Receita de Serviço		284.655	301.656
(-) Deduções da Receita		(116.055)	(130.977)
(-) Custo de Captação		<u>(3.850.923)</u>	<u>(3.384.951)</u>
Receita Operacional Líquida		1.818.995	1.996.977
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas		<u>(2.457.963)</u>	<u>(2.186.205)</u>
Total das Despesas Operacionais	15	(2.457.963)	(2.186.205)
Lucro Antes Do Resultado Financeiro		<u>(638.968)</u>	<u>(189.228)</u>
Despesas Financeiras		(121.368)	(132.174)
Receitas Financeiras		<u>560.761</u>	<u>688.764</u>
Resultado Financeiro Líquido	16	439.393	556.590
Resultado Antes Das Provisões		<u>(199.575)</u>	<u>367.362</u>
(-) Provisão para contribuição social			(33.063)
(-) Provisão para imposto de renda			(67.840)
Lucro Líquido Do Período		<u>(199.575)</u>	<u>266.459</u>

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Períodos Findos em:

(Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	2.000	83.966	95.966
Resultado do Exercício			266.459	266.459
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.000	2.000	350.425	362.425
Resultado do Exercício			(199.575)	(199.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.000	2.000	150.850	162.850

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Períodos Findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxos De Caixa Das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(199.575)	367.362
Ajustado por:		
Despesas com depreciação	6.965	6.965
Remuneração debêntures	3.850.923	2.703.186
	3.658.313	3.077.513
(Aumento)/Diminuição das Contas Ativas		
Direitos creditórios	415.127	(59.998)
Impostos a compensar	(9.023)	
Outros créditos	318.753	(880.972)
Bens destinados à venda	(1.390.663)	(2.920.110)
Aumento/(Diminuição) das Contas Passivas		
Fornecedores		(1.600)
Adiantamentos	(391.873)	1.226.195
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	18.571	692
Outras Obrigações	8.195	36.735
Caixa usado nas operações	2.627.400	478.455
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(101.961)
Caixa proveniente/(usado) nas Operações	2.627.400	376.494
Fluxo De Caixa Das Atividades De Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(122.460)	(273.850)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(122.460)	(273.850)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Resgate de Debêntures	(1.852.941)	(220.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(1.852.941)	(220.000)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	651.999	(117.356)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	459.236	576.592
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.111.235	459.236

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Do Exercício
Findo em 31 de dezembro 2024**

1) Contexto Operacional

A Alccanci Securitizadora S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 28 de março de 2018, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Anhanguera, número 5.674, Edifício Palácio do Comércio, sala 1006 e 1010, Setor Central, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.043-010, inscrita no CNPJ sob nº 30.065.329/0001-00.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras

estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2025, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como o saldo final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração

para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia

adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das

operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificados valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa E Equivalentes De Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	7.570	6.682
Bancos Conta Movimento	1.103.665	427.554
Aplicação de Liquidez Imediata		25.000
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.111.235	459.236

6) Direitos Creditórios

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Direitos Creditórios a Receber	14.887.588	15.302.715
Total dos Direitos Creditórios a Receber	14.887.588	15.302.715

7) Outros Créditos

A Conta “Outros Créditos” é composta por adiantamentos a clientes e fornecedores da matriz e suas filiais e, por tributos a recuperar, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Trustee Ativo Filial I	86.557	351.420
Adiantamento a Cliente Matriz	590.085	528.050
Adiantamento a Fornecedores Filial	491	491
Adiantamento a Clientes Filial I	5.603	2.359
Adiantamento a Clientes Filial II	23.985	226.409
Adiantamento de Dividendos	100.000	
IRPJ Estimado a Compensar		16.745
Outros Créditos	806.721	1.125.474

8) Bens Destinados a Venda

Bens Destinados a Venda é composto por empreendimentos que não são destinados a uso, mas foram negociados em dívidas de clientes, sendo que serão vendidos posteriormente para que os valores voltem ao giro da atividade:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bens Destinados a Venda	4.310.773	2.920.110
Bens Destinados a Venda	4.310.773	2.920.110

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

9) Imobilizado

A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Móveis e utensílios	5.746	(2.679)	3.067	3.641
Imóveis Matriz	124.262		124.262	119.414
Veículos	393.148	(5.508)	387.640	292.386
Computadores e Periféricos	8.337	(8.198)	139	1.806
Reforma em compra de sala	28.209	(11.989)	16.220	19.041
Imóveis Filial I	594.747	(2.465)	592.282	586.112
Imóveis Filial II	500.000		500.000	500.000
Consorcio Bradesco	35.748		35.748	22.983
Máquinas e Equipamentos	1.520		1.520	
Total do Imobilizado	1.691.717	(30.839)	1.660.878	1.545.383

10) Dividendos a Pagar

A conta de “Dividendos a pagar” refere-se ao valor de dividendos a disposição dos acionistas e que deverá ser paga no exercício de 2025:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a Pagar	622.635	622.635
Dividendos a Pagar	622.635	622.635

11) Adiantamentos

A rubrica “Adiantamentos”, refere-se à valores de adiantamento de clientes, reconhecidos como um passivo circulante ou não circulante ao final do exercício, ou em períodos menores, que serão amortizados em operações posteriores efetuadas com esses clientes. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de Clientes-Matriz	220.925	217.422
Adiantamento de Clientes-Filial	291.978	175.617
Adiantamento de Clientes-Filial 2	94.763	143.785
Adiantamento de clientes	408.314	679.712
Trustee Passivo Filial I	(431.681)	
TTE a Pagar Filial I	560.518	318.983
Receita de TRUSTEE a realizar-F	(1.171)	
Total de Adiantamentos	1.143.646	1.535.519

12) Outras Obrigações

São registradas nessa conta os depósitos não identificados, que serão conciliados posteriormente para zeramento dos saldos, sendo compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósito não identificado	142.105	133.910
Total de Outras Obrigações	142.105	133.910

13) Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia realizou 04 (quatro) emissões de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 (nove) de abril de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

- A 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 22 (vinte e dois) de novembro de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).
- A 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 23 (vinte e três) de novembro de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).
- A 4ª (quarta) emissão privada de debêntures, em 22 (vinte e dois) de agosto de 2023, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
1ª (primeira) Emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a Integralizar – 1ª Emissão	(7.000.000)	(7.000.000)
Remuneração – 1ª Emissão	5.126.261	3.817.411
2ª (segunda) Emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a Integralizar – 2ª Emissão	(6.200.000)	(6.200.000)
Remuneração – 2ª Emissão	3.807.591	3.594.383
3ª (terceira) Emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a Integralizar – 3ª Emissão	(9.460.000)	(8.960.000)
Remuneração – 3ª Emissão	4.407.487	3.431.564
Total de Títulos e Valores Mobiliários	20.681.340	18.683.358

14) Patrimônio Líquido**Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Resultado do exercício

A companhia apurou prejuízo no valor de R\$ 199.575,84 (cento e noventa e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) na data de 31 de dezembro de 2024, sendo destinado a conta de reserva lucros.

15) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais	1.818.995	1.996.977
Receita de Securitização	5.501.318	5.211.249
Receita de Serviços	284.655	301.656
(-) PIS	(16.223)	(18.308)
(-) COFINS	(99.832)	(112.669)
(-) Custo de Captação de Remuneração	(3.850.923)	(3.384.951)
Despesas Operacionais	(2.457.963)	(2.186.205)
Despesas Operacionais	(2.457.963)	(2.186.205)
Resultado Operacional Líquido	(638.968)	(189.228)

16) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	560.761	688.764
Juros Ativos	560.761	688.764
Despesas Financeiras	(121.368)	(132.174)
Juros Passivos	(417)	
Despesas Bancárias	(45.155)	(42.757)
Tarifas	(70.988)	(83.092)
Despesas Protesto	(2.099)	(1.636)
DOC/TED/PIX	(2.709)	(4.689)
Resultado Financeiro Líquido	439.393	556.590

17) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

Títulos e Valores Mobiliários (nota 13): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024.

Goiânia – GO, 15 de maio de 2025.

Alfiery Fellipe Benedetti
Diretor Presidente

Kelly Malanchen Benedetti
Diretora Vice-Presidente

Divina Helena de Souza
Contadora - CRC/GO – 1070